

**Nota biográfica**

## 1 — Dados pessoais:

Nome — Nuno Maria Telles Moniz Côte-Real;  
 Naturalidade — Lisboa;  
 Data de nascimento — 27 de Outubro de 1957;  
 Estado civil — viúvo.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, concluída em 1987.

## 3 — Situação profissional actual:

Director de área no Gabinete de Apoio à Direcção, do Serviço de Informações de Segurança, da Presidência do Conselho de Ministros;

Técnico-coordenador de informações, nível 2, do Serviço de Informações de Segurança, da Presidência do Conselho de Ministros.

## 4 — Actividade profissional:

Director de área de Pesquisa, director de área de Análise e director de Serviços Centrais, do Serviço de Informações de Segurança, da Presidência do Conselho de Ministros (1997-2006);

Analista em diversos sectores operacionais na área de actividade do Serviço de Informações de Segurança (1988-1997).

## 5 — Representações:

Representante do SIS na comissão de segurança do Euro 2004, tendo coordenado as actividades do serviço neste evento (2002-2004);

Representante de Portugal na 1.ª Conferência Internacional para a Segurança dos Jogos Olímpicos de 2008, Pequim (2006).

6 — Docente — cursos de formação profissional para quadros do SIS, Direcção-Geral das Alfândegas e Polícia de Segurança Pública, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Guarda Nacional Republicana (1995-2005).

**Despacho n.º 16 214/2006**

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 268/81, de 16 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 257/99, de 7 de Julho, é nomeado subdirector-geral dos Serviços Prisionais, em comissão de serviço, o licenciado João Manuel do Couto Guimas, possuidor de reconhecida competência técnica, aptidão, formação e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Agosto de 2006.

27 de Julho de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

**Nota biográfica**

Nome — João Manuel do Couto Guimas.  
 Data de nascimento — 3 de Junho de 1956.  
 Naturalidade — Famalicão, Guarda.  
 Estado civil — casado.

Habilitações literárias — licenciatura em Direito concluída em 1983.

## Percurso profissional:

De Abril de 1985 a 1988 — como técnico superior de 2.ª classe do Instituto de Reinserção Social, foi colocado no Estabelecimento Prisional de Alcoentre;

De 1988 a 1990 — exerceu funções de assessoria jurídica no Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, colocado no Gabinete Jurídico da Divisão de Apoio ao Consumidor;

Julho de 1990 — exerceu funções de assessoria jurídica no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Julho de 1991 — exerceu funções de secretário, função equiparada a chefe de divisão, na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa;

Novembro de 1993 — ao abrigo do n.º 1 do artigo 69.º do Estatuto Orgânico de Macau, recrutado para o território de Macau, onde desempenhou funções como assessor jurídico;

Julho de 1995 — designado chefe do Departamento de Gestão e Planeamento da Polícia Judiciária de Macau;

Janeiro de 1998 — nomeado inspector dos Serviços de Auditoria e Inspecção da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais;

De Setembro de 1998 a Julho de 1999 — exerceu funções de adjunto do director do E. P. de Caxias;

Julho de 1999 — nomeado director do E. P. de Sintra;

Novembro de 2000 — nomeado director do E. P. do Linhó, cargo que exerce até à presente data.

## Outras funções:

Exercício de advocacia de 1984 a Novembro de 1994;

De 1992 a 1993 — professor na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril;

Vogal da Comissão para os Descobrimentos em Macau;

Integrou o grupo de trabalho e estudo para implementação da televisão por cabo em Macau;

De 1995 a 1996 — professor na Escola da Polícia Judiciária de Macau;

Por designação do director-geral da DGSP integrou o conselho de coordenadores de avaliação de desempenho dos funcionários da DGSP na avaliação de 2004 e 2005;

De 2000 a 2006 — membro da direcção da Associação dos Directores Prisionais.

**Despacho n.º 16 215/2006**

Com a publicação da Lei n.º 2/98, de 8 de Janeiro, foi consagrada a possibilidade de proceder à colocação de assessores nos tribunais judiciais de 1.ª instância, quando a complexidade e o volume do serviço o justifiquem.

Tendo sido atingido o termo das comissões de serviço em que se encontravam nomeados os licenciados João de Amorim Araújo Barbosa, Arminda Maria Pereira das Neves e Teresa Filomena Cruz Castanheiro Rocha, sem que tenha ocorrido a abertura de novo concurso de provimento, e mantendo-se a necessidade de coadjuvação que determinou a instituição da assessoria prestada pelos sobreditos licenciados, situação confirmada pelos procuradores da República:

Nomeio, obtida que se encontra a concordância do conselheiro Vice-Procurador-Geral da República, em comissão de serviço por três anos, ao abrigo do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 2/98, de 8 de Janeiro, e com efeitos à data da cessação da anterior comissão de serviço, os licenciados a seguir identificados:

Como assessor do Ministério Público no Tribunal Judicial de Braga, João de Amorim Araújo Barbosa;

Como assessora do Ministério Público no Tribunal de Família e Menores de Lisboa, Arminda Maria Pereira das Neves;

Como assessora do Ministério Público no Tribunal de Família e Menores de Lisboa, Teresa Filomena Cruz Castanheiro Rocha.

28 de Julho de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

**Secretaria-Geral****Despacho (extracto) n.º 16 216/2006**

Por meu despacho de 10 de Julho de 2006, a licenciada Cláudia Manuel Fortes Rodrigues Fernandes, técnica superior de 1.ª classe, escalão 1, índice 460, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial, foi transferida, obtida a anuência do serviço de origem, para o quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, com efeitos a 1 de Agosto de 2006, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Julho de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

**Direcção-Geral da Administração da Justiça****Despacho n.º 16 217/2006**

Por despacho da directora-geral da Administração da Justiça de 10 de Julho de 2006, foi nomeado secretário de inspecção do COJ António Francisco da Cruz Oliveira, escrivão de direito do 4.º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de São João da Madeira, nos termos do artigo 122.º do EFJ, com efeitos a 12 de Julho.

24 de Julho de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.